

Paulo Cavalcante de Oliveira Junior



Licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1988), mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994) e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2002). É professor adjunto e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui experiência consolidada com ênfase em História do Brasil Colonial, Historiografia e Ensino de História.

*Entrevista realizada em dezembro de 2008 por Letícia Ferreira e Lincoln Marques dos Santos

Cantareira: Uma característica marcante e diferenciada na sua trajetória é ter circulado por diferentes universidades. O Senhor fez graduação na UERJ, mestrado na UFRJ, doutorado na USP, é atualmente professor da UNIRIO e retornou a UERJ também como professor. Quais são as vantagens e desvantagens dessa “circulação”?

Paulo Cavalcante: A maior vantagem é se enriquecer com estes diferentes meios acadêmicos. Fiz uma graduação na UERJ em uma época em que ela era considerada uma universidade, diziam isso, um “escolão”, preparava mais professor, não tinha um programa de pós-graduação, então eu tive uma sólida base que seria aquela história “conteudista”, daquela preparação do professor para a sala de aula, mas ao mesmo tempo para eu buscar a capacitação profissional do mestrado foi difícil. Quer dizer, você enfrenta um outro ambiente acadêmico, você desbrava, termo melhor que enfrentar, você desbrava um novo ambiente acadêmico onde você é desconhecido, onde não teve um orientador, se bem que naquela

época, entre 1984 e 1987, quando me graduei, me formei em fevereiro de 88, a UERJ não exigia para quem fazia licenciatura, a apresentação da monografia, quer dizer, não tive uma iniciação científica e nem um orientador de monografia. Voltando a pergunta, a maior vantagem de estar em diferentes lugares é conhecer diferentes pessoas, diferentes universidades e aprender com elas. O desafio é ter que recomeçar, quase que do zero, a cada ingresso. Saí da UERJ e fui para a UFRJ, da UFRJ fui para a USP. Então, acontece também que o “meio” não é muito grande, então aos poucos você vai construindo relações, você começa a conhecer pessoas de diferentes lugares. (...) Construir uma carreira é saber lidar com relações pessoais, relações até corporativas, até porque a universidade é uma corporação. É preciso ter alguma obstinação para crescer, investir, para evitar caminhos supostamente fáceis, porque quando você me pergunta se eu fiz graduação, mestrado e doutorado, você já reconstrói esta trajetória a partir de uma lógica que é presente. Quer dizer, o Paulo é professor doutor de uma universidade mas no meio do caminho teve o cursinho que ofereceu para dar aulas, o ph que ofereceu uma montanha de dinheiro mas queria que eu fosse professor exclusivo. A tentação de ser dono de escola ou montar uma cooperativa com um colega, virar empresário do ensino, são tentações que existem no meio do caminho como a tentação de abandonar o mestrado. Lembro até hoje, na pia de casa, lavando a louça, pensando: quero ser uma pessoa de casa, do lar. Vou ficar lavando louça, não vou fazer pesquisa, (risos), eu não quero mais fazer isso! Então. Tem um monte de coisas que a gente vai, tem amigos, família, professores, desconhecidos, inimigos que às vezes ajudam muito nestas horas, onde eles querem te derrubar mas você persiste e vai em frente. O importante neste lance todo e o que eu me sinto particularmente feliz é que eu trabalho com aquilo que eu gosto, aquilo no qual eu sou vocacionado. Eu gosto do que eu faço. Eu costumo dizer pra vocês que convivem comigo, professor está trabalhando desde ante de entrar na escola, na rua, no corredor, tem professor que imagina que só trabalha na sala de aula, quando ele vai fazer a chamada. No caso do colégio de aplicação, quando você vai almoçar e senta na mesa junto com os alunos, você esta

trabalhando, você vai comprar um doce um chocolate, você ta trabalhando. Eu gosto deste ambiente.

2) O senhor fez mestrado em uma época em que os cursos duravam 4 ou 5 anos. Hoje, os programas limitam o tempo em dois anos e 6 meses. Quais são os efeitos dessa mudança na formação do profissional e no mercado de trabalho?

Paulo Cavalcante: Esse tema é um tema que tem muita gente que discorda do que eu vou dizer, tem gente que acha até que o mestrado deveria acabar e eu acho isso um absurdo. A graduação é o lugar onde você tem o contato amplo com a história e a historiografia. O problema é que a graduação hoje em dia não está assegurando esse contato amplo. Você está especializando o aluno na graduação. Vamos chamar de “projeto acadêmico”. Na graduação, o aluno se especializa na iniciação científica, ele cola em um professor, e assim aprende a fazer pesquisa histórica. Até ai tudo bem, é uma coisa legal, ele aprende a fazer pesquisa histórica, mas isso não significa que ele seja um historiador quando ele termina a graduação. O lugar de se formar o historiador é no mestrado. Porque a história não é um campo técnico, em que você vai aprender uma habilidade. A história exige uma certa generalização e um aprofundamento e amadurecimento intelectual. Para amadurecer intelectualmente é preciso tempo. Então, quatro anos de uma graduação, um mestrado de três anos seria o ideal, com a possibilidade de fazer algum trancamento e ir para três anos e meio. Onde ele faz realmente, onde ele aprende o ofício do historiador, especializando-se forte, e amadurecendo ao mesmo tempo. Eu fiz o meu mestrado na verdade em cinco anos, que já era uma excepcionalidade naquela época. Foi na UFRJ entre 1990 e 1994, onde defendi meu mestrado em dezembro de 94, e onde isso já era longo para aquela época, quando quatro anos era o limite para o mestrado. Mas o mestrado tinha um outro lugar. Teve um tempo no Brasil, em que só ter o mestrado já era o máximo, ter o doutorado era quase que impossível. Portanto eu sou a favor

da manutenção do mestrado, do aumento do tempo do mestrado especialmente por conta das características específicas da história. E o doutorado com quatro anos está bom, não há necessidade de mexer nisso. E o efeito no mercado de trabalho, o problema do profissional “premature”, pois então o problema é que as vezes as pessoas pesam o profissional “premature” no lugar ou na instituição que ele vai trabalhar, mas o problema do profissional prematuro, é ele, é ele acreditar porque tem um diploma de doutor, que porque ele é um doutor em história, só que na verdade ele não é um doutor em história, ele tá lá com um papel dizendo que ele é um doutor, mas ele não teve espessura, não teve densidade, ele não vivenciou aquilo. É possível, hoje, ser doutor em história muito novinho, muito aceleradinho, mas sem estofado, aí sai caindo em umas armadilhas, que qualquer historiador mais amadurecido não cairia. Como por exemplo, no modismo, em determinados temas que não “dão caldo”, armadilhas historiográficas muito infelizes, um apequenamento da crítica, não é possível produzir ciência sem a crítica e para fazê-la não só é preciso ter um senso de corte, mas também ter lido, e ter vivenciado outras situações.

Cantareira: Sobre a política de bolsas de pesquisa para discentes (iniciação científica e pós-graduação), você considera que ela realmente auxilia a preparação e inserção do estudante no mercado de trabalho? Ou que ela contribui para o isolamento das duas esferas (trabalho e aprendizado), uma vez que coloca restrições ao envolvimento do discente em atividades profissionais? O fato de muitos estudantes acumularem bolsa e emprego formal (CLT) não seria um indício da necessidade de revisão dessa política?

Paulo Cavalcante: É uma contradição porque ao mesmo tempo você diz que está preparando quadros para o magistério, para formação de professores, para formação profissional do ensino, e não é isso que a gente vê. Claramente o lugar do ensino, no nosso ambiente da

história, está em segundo plano, e isto é um absurdo. Os historiadores “Hards”, muitos deles tem uma fala para o ensino da história mas não sabem verdadeiramente o que é o ensino de história, porque muitos não transitaram por ele. E infelizmente, muitas vezes, até dão palpite errado sobre o que é o ensino de história. Claro que houve um movimento de valorização do ensino de história como um campo específico da história, de pesquisa inclusive. Há profissionais no Rio de Janeiro que se envolveram com essa batalha, a professora Ana Maria Monteiro da UFRJ é uma delas. Há no Brasil um movimento muito maior nos simpósios nacionais da ANHUP, nos grupos de trabalho ligados ao ensino de história, mas ainda é um lugar quase visto como uma concessão, onde o pessoal “esta chegando. É preciso que a história e os historiadores e os “bolseiros” eles tenham entendimento de que não é só fazer a pesquisa do arquivo. Vejo como indissociável da formação do profissional de história. Seria o profissional de história o ser professor e o ser historiador.

Cantareira: Além das universidades públicas já citadas o senhor também atuou em instituições de ensino superior privadas, FESO, Veiga de Almeida e Gama Filho. Como o senhor vê a ampliação da oferta de cursos em nossa área por essas instituições? Como o senhor vê a incorporação desses novos profissionais pelo mercado de trabalho no futuro próximo? E no meio acadêmico, há espaço para eles? Há algum tipo de preconceito?

Cantareira: Começar do fim. Há preconceito sim. Houve preconceito, e talvez hoje ainda exista em relação a alguém como eu que se formou pela UERJ. Quando eu ingressei no mestrado da UFRJ, eu era um cara assim, “o da UERJ”. O lugar não era o lugar, UFF, UFRJ, como se fosse um lugar menor. Então podemos imaginar como é o lugar universidade privada. No entanto isso tem que mudar. Mudar no sentido de que a universidade privada é universidade, ou não é. Se ela for realmente universidade, e é pra isso que temos que lutar, para que a universidade privada, seja uma Universidade, não importando se é uma fundação de capital privado ou se uma autarquia federal ou estadual. Porque é importante que seja universidade, que o valor universidade seja incorporado ao brasileiro, à vida brasileira. Muito

bem, se ela for universidade não há porque discriminar. Então a nossa luta, como você mesmo retratou no início, qual é a trajetória do Paulo professor de história? Eu tenho vinte anos de magistério, eu me formei em final de 1988, e estamos em final de 2008. Em abril de 88 eu fui contratado pela então Faculdade embaixador Pascoal Carlos Magno, faculdade de turismo das faculdades integradas da Veiga de Almeida, quando esta ainda não era uma universidade. Fiquei lá muitos anos. Dar aula no ensino privado me ajudou a ser professor, me fixou no campo, me sustentei com isso. Ao mesmo tempo, em janeiro de 1988, eu passei no concurso do município do Rio de Janeiro, eu fui dar aula em Realengo na escola Nicarágua. Os vinte anos que tenho de magistério, eu tenho de magistério público e privado ininterruptamente. A partir do último um ano e meio é que não sou mais professor da rede privada, sou professor na UNIRIO e na UERJ. Isso foi importante para minha formação. O importante não é atacar a universidade privada, mas transformá-la em universidade. É preciso que a sociedade brasileira queira isso. E hoje nós já temos programas de pós-graduação em universidades privadas. Eu poderia te dizer que em programas de pós-graduação de universidades privadas em que figuram historiadores e professores do mais alto gabarito, não são programas de qualidade e confiáveis, só porque eles estão em universidades privadas, não eu não posso dizer uma coisa dessas. O que eu penso que é melhor para todo mundo é a abertura, o alargamento do campo.

Cantareira: A seu ver, a diversificação da atuação do historiador, em espaços de pesquisa não universitários e na gestão do patrimônio, pode ser suficiente para absorver os novos profissionais em nossa área nos próximos anos? Há uma reflexão sobre este assunto no programa de pós-graduação em História da UNIRIO? E na UERJ?

Paulo Cavalcante: O departamento e o colegiado de pós-graduação nunca abordou esse tema especificamente. Conversamos aqui e ali, na hora de definir o perfil do profissional. Ao abrir o concurso para professor da universidade você quer saber qual é a formação e qual é o perfil

desse profissional. Esse tema é polêmico. Em que sentido, nós temos todo um discurso em torno da interdisciplinaridade, da transdisciplinaridade, e já cheguei a conclusão que a maior parte das pessoas não sabem o que estão dizendo e quem não é possível construir um profissional a partir de múltiplas referências, a não ser que se queira fazer uma coisa muito louca, sem identidade nenhuma. Eu sei o que é fazer um profissional de história, imagino que se saiba o que é fazer um arquiteto, que se saiba o que é fazer um médico. Eu acho que os médicos são muito ciosos do seu campo, assim como os advogados, o pessoal do direito. Ao mesmo tempo, o lado intelectual, debatedor de idéias, é preciso fazer circular profissionais de diferentes lugares. O que eu penso é que o historiador formado em uma universidade, sinta a necessidade imprescindível de se abrir para a filosofia, para a arquitetura, para a arte. Ele, a partir daquela base, ele vai reorganizar uma série de outros campos de conhecimento em função de sua identidade de historiador, de professor de história, ou simplesmente de profissional de história, como eu gostaria de chamar. E não algo que esteja passando por tudo e não esteja em lugar nenhum. Isso é uma furada. Uma maneira de desvalorizar o campo, pois ninguém vai ao médico cardiologista multidisciplinar, ao contrário, procura-se o cardiologista que seja ultraespecializado.

Cantareira: As suas falas, mesmo defendendo uma graduação com uma formação mais geral, acabam por primar pela especialização ainda que em um processo mais logo, mas sempre com um olhar focado no específico... como fica a questão da metodologia, da ação, do profissional?

Olha só que legal! O que é bacana nessa sua pergunta é o que eu estava tentando dizer do profissional da história. Falando de mestrado e doutorado, eu fiz meu mestrado sobre os bandeirantes, e já o doutorado sobre contrabando, descaminho e as relações ilícitas na colônia. Ao mesmo tempo, eu fiz mestrado e doutorado dando aulas, então eu vivenciava essa dupla identidade. Um cara que estava pesquisando sobre um determinado governador, no século XVIII, em uma determinada década no Rio de Janeiro, mas que tinha que chegar a noite para

dar aula de guerra fria, no dia seguinte da expansão romana para alunos da 5ª série. Assim, eu precisava estudar para as duas coisas. Não acredito que o professor de ensino fundamental e médio deva se limitar ao livro didático, que é material do aluno e não do professor. Então tinha que ler coisas que me enriquecesse para falar da expansão romana, ou para a crise do Império romano, para falar a divisão administrativa do Brasil colonial, o que era mais engraçado ainda. Em determinado momento, você vai dar uma aula sobre administração na colônia, para falar canonicamente de determinadas coisas, e eu em um nível de especialização, lendo os documentos, pensando a partir de outra historiografia muito divergente daquela que o livro didático reproduz, e vivenciava esse conflito. Qual conflito? O da ultra-especialização e de uma generalização que desse conta de dizer algo de substantivo daquele tema para alunos de 5ª, 6ª, 7ª ou primeiro ano do ensino médio e isso foi enriquecedor. Quem vivencia essa experiência tem a possibilidade de se tornar melhor cidadão, melhor marido, melhor irmão, melhor filho, melhor pai porque ele cresce como ser humano e crescendo como ser humano ele será necessariamente um melhor historiador. É preciso ter uma visão integrada, o nível de especialização não irá fazer uma dissociação do ser, o que seria uma coisa muito ruim. Eu tenho é que integrar. Por isso que eu creio que a questão da multidisciplinaridade, da interdisciplinaridade, não pode investir na fragmentação da pessoa, mas na integração da pessoa. Mas para alguém integrar, é preciso alguém estar pronto, ter uma base sólida para que consiga negociar essas integrações. O triste é que a sociedade brasileira oferece poucas possibilidades para esse processo de construção de um profissional desse tipo, e às vezes a família não entende isso.

Cantareira: A sua tese de doutoramento pela Universidade de São Paulo foi publicada na coleção “Estudos Históricos” da Hucitec com o título “Negócios de Trapaça: Caminhos e descaminhos na América portuguesa” e atualmente seu tema de pesquisa aborda as “relações lícitas e ilícitas na sociedade colonial”, onde ganha destaque os aspectos socialmente instituídos de uma prática corriqueira para a época estudada e que é vista, por muitos, como

uma negação do “sistema”, uma contradição no processo de consolidação da presença portuguesa na América. De que forma você entende o descaminho e o contrabando como aspectos formativos e instituintes de nossa sociedade?

Paulo Cavalcante: Essa é toda a tese e mais uma parte que ainda tenho que resolver. A tese tem uma história. Eu entrei na USP, não era para fazer tese sobre descaminho, e nem sobre contrabando, era para escrever sobre Gomes Freire de Andrade. No meio do caminho vi que não dava para fazer o que eu queria, não dava para fazer “tese” sobre o Gomes Freire. Então, com eu já tinha lido a documentação, muita coisa, principalmente, as correspondências dos governadores no Arquivo Nacional, eu descobri um cara que colocava “a boca no trambone” que era o Luis Vahia Monteiro. Impressionava-me muito a maneira como ele escancarava a coisa, falando das ilicitudes, do contrabando, do comprometimento dos oficiais do rei com atitudes ilícitas, das brigas que ele teve com a câmara, com os beneditinos, com outros governadores e vários outros oficiais. Isso me chamou a atenção, e a gente sempre lembra da colônia como sinônimo de exploração, de que drenaram as riquezas do Brasil. Muitas dessas histórias, dessas memórias, de um historiador que está dialogando com a documentação, muitas delas cortadas pelo tema da nacionalidade, da nação. Todo historiador colonial da década de 80 sabe que isso é anacrônico, não tem novidade nenhuma dizer que o Brasil não existia em 1622. Voltando ao tema do descaminho, decidi escrever sobre o tema do contrabando, do descaminho, mas eu não tinha me dado conta de algo que cresceu ao longo da escrita da tese, algo que ficou muito forte na apresentação, quando fui argüido por dois professores da USP, professor Wilson do Nascimento Barbosa e o professor Luis Fernando Novais. Mais forte ainda na defesa da tese, quando o professor Fernando Novais falou dessa questão instituinte que eu havia colocado. Penso que comprovei alguma coisa escrevendo o doutorado, embora acredite que há muita coisa a se fazer ainda sobre esse tema. É que o descaminho é uma relação instituinte na sociedade colonial, onde o contrabando e o comércio

legal no sistema colonial, tomando esses dois aspectos, o legal e o ilegal sob a ótica do Estado, da monarquia portuguesa se relaciona em um âmbito maior, no das relações de uma “Economia Mundo” como destacou Immanuel Wallerstein, ou como Braudel evidenciou de certo modo a partir de temas como o da “Expansão Comercial”. Temas como: “Economia Mundo”, “Expansão Comercial” ou “Era de acumulação primitiva do capital” foram banidos da historiografia recente. No meu entendimento de forma equivocada, mas isso também faz parte de uma certa crítica relacionada ao marxismo que jogou alguma coisa fora. O marxismo foi importantíssimo para a história, houve até mesmo uma época em que era impossível ser historiador sem ser marxista. O historiador é de certo modo, intrinsecamente fundado pelo marxismo, salvo aqueles conservadores impedernidos. Qual é a perda então? O conjunto de críticas lançadas contra o conceito de “Sistema Colonial”, entende o “Sistema Colonial” apenas pelo conjunto das relações oficiais, autorizadas, os monopólios funcionando ali perfeitamente, não se dão conta de uma coisa: o conceito não é a realidade, esta é sempre muito mais rica, não há modelo que dê conta da realidade. Qualquer um que tente encaixar a realidade dentro de um modelo está fazendo um “estupro” metodológico e não uma análise científica. De outra parte, o Antigo Sistema Colonial é um conjunto de relações comerciais onde estão também as relações comerciais de contrabando, ilícitas, que não foram para a metrópole portuguesa, indo direto para a Inglaterra, para Amsterdam, ou passaram pelos portos portugueses sem serem necessariamente registrados nas alfândegas, ou foram desviados na costa africana. Hoje já se sabe, como falou Luis Felipe Alencastro, recentemente em um texto curto na Folha de São, do “engolfamento” dos portos brasileiros pelos portos africanos, onde essa relação tão próxima, tornou-se tão profunda entre a costa brasileira e a costa africana. Sendo que, na costa africana estavam vários comerciantes europeus a descaminhar. Há uma totalidade maior que é essa totalidade da “economia mundo” forjada por uma Europa que se expandia. O chamado “império português” é um pedacinho dessa “economia mundo”. As relações lícitas e ilícitas que forjaram a América portuguesa pertencem a essa totalidade geral. O Brasil, a América portuguesa, desde o início foi um

negócio. Ninguém encontrou ouro, foi preciso inventar algo lucrativo para ocupar e colonizar. Nesse processo, pertencendo à formação da sociedade brasileira, aquela “Casa grande e senzala” da qual falou tão bem Gilberto Freire, há ilicitude e descaminhar. E no tempo presente, todos nós nos assombramos com os grandes negócios dos grandes banqueiros, com as grandes fraudes que estão colocadas aqui no Brasil, e fora também. Uma grande companhia norte americana faliu por problemas de ilicitudes que não só contábeis. O sistema capitalista internacional funciona em paraísos fiscais como nas Ilhas Cayman e em outras ilhas onde não é preciso declarar nada. Agora, em dezembro de 2008 estamos em uma crise, uma fraude internacional, uma fraude imobiliária nos EUA. Os bancos centrais do mundo inteiro estão se endividando para colocar dinheiro para irrigar o mercado, e os trabalhadores ficam desempregados, e neste caso não importa, seja na colônia ou na metrópole, todos desempregados. Não querer enxergar isso como algo inerente a constituição e ao desenvolvimento do capitalismo é querer “tapar o sol com a peneira”. Não é anacrônico entender o processo de formação social brasileira através dessa abordagem. Ao contrário, é muito rico. Se tivermos (é claro) algum desejo de cidadão de transformação da sociedade.

Cantareira: Porque a História?

Paulo Cavalcante: Na verdade eu não queria ser historiador ou professor de história. Eu queria ser médico. Entrei na universidade, na UFF (Universidade Federal Fluminense), na faculdade de ciências médicas em 1983. Abandonei o curso porque descobri que não queria ser médico e fui fazer o que meus colegas de turma do ensino médio me diziam: “pô Paulo você debate tanto na aula de História, você fala tão bem, você sabe disso, sabe daquilo”. Eu sabia que não queria ser vagabundo, queria trabalhar. Então, quando abandonei a faculdade de medicina, eu fui fazer vestibular para História. Não queria fazer na UFF porque eu estava saindo de lá e eu morava no Rio, no Lins. Era muito longe da minha casa. Saía de casa às seis horas da manhã e chegava por volta das oito horas da noite. Fui fazer UERJ, Maracanã, mais perto da minha casa. Eu entrei determinado a sair de lá formado e empregado. Assim

aconteceu. Costumo dizer que sei o que é ganhar pouco, mas nunca conheci, felizmente, o desemprego, nunca fiquei desempregado. Quando terminei a faculdade procurei fazer o primeiro concurso que tinha na época disponível e foi o do município, fiz e passei. Trabalhei dez anos lá. E a história, por conta de outra coisa, eu sou um insatisfeito com a sociedade que nós temos, eu não gosto da pobreza, não gosto de injustiça, não acho que deva existir pobres, gostaria de ver isso mudado no tempo de vida que eu tenho, e contribuir para isso. E ao longo do meu exercício profissional eu descobri que posso ajudar um pouquinho o mundo em relação a isso aqui e ali, inclusive com os alunos, com as pessoas que você forma que te cercam. Contribuir para que? Para que os professores consigam se inserir no mercado de trabalho ao final da graduação de forma mais forte, para que consigam se preservar das injustiças que estão no mundo. E ao mesmo tempo uma ação política, embora eu nunca tenha me filiado a partido político nenhum, mas mantive a atuação política quando era necessário, quando era “vibrante” para a sociedade, e não para mim em particular.

Cantareira: Quais foram os historiadores que contribuíram de forma decisiva para sua carreira acadêmica?

Paulo Cavalcante: Vou dividir em dois grupos. Primeiro os dos “historiadores – historiadores”. Quando iniciei o curso de história, li no segundo ano dois historiadores rapidamente no curso de história da América, que me encantaram. Eles têm divergências metodológicas e historiográficas. Um deles é o professor Ciro Flamarion Cardoso e o outro é o professor Fernando Novais. Eu li alguns daqueles livrinhos do professor Cardoso que trabalham a escravidão colonial, a brecha camponesa, mas particularmente “A História Econômica da América Latina” com Hector Brignoli Péres. E então o professor Fernando Novais, com o livro “Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial”, em 1985. Então, se em algum momento eu quis ser um historiador, escrever como um historiador é inspirado nesses dois, por quem tenho uma profunda admiração. E os “pessoais”, aqueles que me apoiaram e me ajudaram a me formar, porque esse é outro lado, nos quatro anos do curso de

Revista Cantareira
Revista Discente do Departamento de História da UFF
Volume 1 - Número 1 - Ano 2009

<http://www.historia.uff.br/cantareira/novacantareira/>

graduação você tem que está próximo de quem esteja interessado que você cresça, que goste de você. Na UERJ, tem uma pessoa que me ajudou de forma absoluta. Foi Maria Helena Leite ?, já está aposentada. Ela foi uma pessoa que me acolheu como uma mãe. Outra professora importante, com quem eu vim a trabalhar recentemente foi a professora Lená Ferreira de Menezes. Sempre tive uma admiração muito grande pela aula que ela dava, pela pessoa que ela era, pela inteligência. No mestrado tem alguém que não está mais conosco, que já faleceu, mas que foi a marca profunda na minha formação de historiador, marca profunda na maneira de dar aula. Foi Afonso Carlos Marques dos Santos, pessoa das mais inteligentes que eu conheço, de quem eu sinto muita falta. Infelizmente, ficou doente e não pode estar na minha defesa de doutorado. Eu entrei na USP também por intermédio dele. Ele sempre foi uma palavra amiga, ele sempre soube dizer a algumas pessoas, falar coisas sobre mim muito generosas. Talvez essa seja a minha maior dor enquanto historiador e profissional, é ele não estar aqui, e a cada realização profissional que eu tenho, um artigo que eu publico, livro, poder ligar pra ele e dizer “olha só o que eu fiz, olha só que bacana”, simplesmente para dizer isso, e para dar um abraço, dar um beijo.